

# **Ambiente e Desenvolvimento**

Organização:

Lúisa Lima

Manuel Villaverde Cabral

Jorge Vála

**Imprensa de Ciências Sociais**

## Índice

<b>Introdução</b> .....	21
<i>Lúisa Lima</i>	
<b>Capítulo 1</b>	
<b>Factos e opiniões: uma abordagem transnacional ao desenvolvimento sustentável</b> .....	27
<i>Lúisa Schmidt e Susana Valente</i>	
O discurso da sustentabilidade.....	27
Abordagem aos dados do inquérito internacional – ISSP 2000.....	39
Apresentação dos resultados.....	43
Cenários das preocupações ambientais.....	43
Desenvolvimento e ambiente: um confronto pacífico.....	50
Factura ambiental: um «pagamento» polémico.....	55
Os actores do desenvolvimento sustentável.....	65
Conclusões e reflexões.....	72
<b>Capítulo 2</b>	
<b>Cultura científica e confiança na ciência em matérias ambientais – Portugal no contexto da União Europeia</b> .....	79
<i>Paula Castro</i>	
A cultura científica entre forças de homogeneização e de diferenciação	79
Cultura científica e pós-industrialização.....	83
Análises comparativas entre países da UE.....	87

*Título:* Ambiente e Desenvolvimento  
*Edição:* Imprensa de Ciências Sociais  
Instituto de Ciências Sociais  
da Universidade de Lisboa  
Av. Prof. Aníbal de Bettencourt, 9  
1600-189 LISBOA – PORTUGAL  
Telf 217804700 – Fax 217940274  
URL: <http://www.ics.ul.pt>  
Email: [Imprensa@ics.ul.pt](mailto:Imprensa@ics.ul.pt)  
*Coordenação editorial:* Clara Cabral  
*Capa:* João Segurado  
*Composição e paginação:* Celeste Pires  
*Revisão:* Soares de Almeida  
*Impressão e acabamento:* Tipografia Guerra – Viseu  
ISBN: 972-671-117-7  
*Depósito legal:* 206420/04  
*Data edição:* Janeiro de 2004

nas pressões para a construção de um espaço comum estão implicadas pressões para a construção de representações comuns, pressões para entendimentos das questões deste espaço que são consideradas mais favoráveis, por exemplo. E, nesta linha de ideias, as formas de resistência às ideias que se difundem socialmente como normativas poderiam ser tomadas como forças de diferenciação a juntar às que já actuam também em cada um dos espaços sociais que integram a UE.

Para finalizar, creio que a citação de C. Geertz que se segue resume bem uma parte destes resultados, alertando-nos para a necessidade de tentarmos continuar a acompanhar a criatividade incessante daqueles que nos propomos estudar:

Analysing culture today is much more difficult than we thought in those days, when we knew, or better: believed to know what matches what and what not [...] we need new ways of thinking that are able to handle peculiarities, individualities, strangeness, discontinuity, contrast and singularities, to respond to something that Charles Taylor recently has called «deep diversity» – a plurality of belongings and ways of being [C. Geertz, *World in Pieces*].

### Capítulo 3

## **Ambiente e cidadania: dimensões da mobilização ambiental em quatro países europeus**

*Aida Valadas de Lima e João Guerra*

### **Introdução**

A análise das questões relacionadas com o crescente interesse social e político pela preservação do ambiente aponta importantes caminhos para a reflexão sociológica sobre fenómenos e processos de mudança social que reconfiguram a relação entre sociedade e ambiente e se constanciam num abandono progressivo da tradicional, consumista e utilitarista visão da natureza e dos recursos naturais, propensa a ignorar as decorrentes implicações ambientais.

De entre a reflexão sociológica que tais processos suscitam e implicam, a problemática em torno da relação entre preservação ambiental e cidadania política surge, porventura, como uma das mais esclarecedoras da emergente afirmação de um conjunto de valores sócio-políticos nas sociedades modernas – os designados valores pós-materialistas (Inglehart, 1997). O interesse suscitado pelo desenrolar da industrialização por questões de natureza ambiental, cultural e/ou patrimonial é, de facto, um dos aspectos mais marcantes da agenda política pós-materialista (Lima e Reis, 2001). Por outro lado, as actuais preocupa-

ções com o estado do ambiente, quando acompanhadas pela sua consagração prática (isto é, pela sua preservação), sendo tributárias do exercício da cidadania política, implicam, simultaneamente, o seu reforço.

Quisemos, assim, explorar analiticamente a relação entre mobilização ambiental e cidadania política. Mais especificamente, quisemos analisar como predisposições e atitudes perante o ambiente e empenhamento cívico em acções de preservação ecológica se expressam no processo global de mobilização ambiental na sociedade portuguesa, comparando estes desenvolvimentos com o desenrolar de processos equivalentes noutros três países europeus — Espanha, Grã-Bretanha e Alemanha —, e como se interliga o crescente interesse pelas questões ambientais com o assumir de posicionamentos mais interventivos e mais participativos na defesa de valores e interesses mais gerais ao nível individual e/ou colectivo, ou, por outras palavras, com o desenvolvimento da cidadania política em Portugal.

Com base nos resultados do inquérito internacional ao ambiente realizado pelo ISSP em 2000 e nos dados referentes à participação e mobilização políticas do módulo nacional sobre o património, realizado no mesmo ano, ensaia-se, num primeiro momento, uma breve reflexão em torno das questões do ambiente e da cidadania na sociedade portuguesa. Aqui se enquadra a emergência da questão ecológica na sociedade portuguesa e se identificam e caracterizam alguns dos indicadores, em função das variáveis disponíveis, que possibilitarão uma aproximação ao processo que designámos por mobilização ambiental.

Num segundo momento, e com recurso a uma análise factorial de componentes principais, procura-se identificar as dimensões deste processo de mobilização ambiental nos quatro países europeus em análise. O exercício comparativo serve-nos de pretexto para, de alguma forma, «posicionar» a população portuguesa face a uma crescente conscientização ecológica e ao consequente processo de mobilização ambiental, com vista a captar as peculiaridades relativamente aos restantes países analisados.

Finalmente, procedendo-se à análise das interações presentes entre as variáveis sociográficas, tais como o grau de instrução e a idade dos inquiridos, procura-se compreender de que forma o fortalecimento da cidadania e mobilização política que se vem verificando na sociedade

portuguesa interage, reforça e decorre da crescente mobilização ambiental advinda de uma progressiva afirmação de novas atitudes e novos valores ecológicos.

### Ambiente, cidadania e sociedade portuguesa

Foi tardia, se comparada com a situação dos parceiros da União Europeia e do mundo industrializado em geral, a eclosão da problemática ambiental em Portugal e só terá atingido verdadeira visibilidade com o processo de adesão às Comunidades Europeias, que arrastou consigo directivas e normas que se impôs aplicar (Lima e Schmidt, 1996). Várias serão as causas que podem apontar-se para esta situação. Por um lado, o relativamente fraco desenvolvimento industrial e económico do país, que terá levado a pressões ecológicas menos perniciosas, desencadeando um menor número de situações de ruptura ambiental, que, ainda assim, alertam e preocupam em crescendo as populações. Por outro lado, a existência de uma sociedade civil com pouca capacidade reivindicativa e tradicionalmente pouco interventiva (fruto de um passado recente marcado por um regime totalitário de cerca de meio século) resultará num distanciamento da população em geral para com os problemas globais que dizem respeito a todos, como é o caso da degradação ambiental. São, no entanto, as sementes que podem encontrar-se na sociedade civil — movimentos cívicos e movimentos associativos em geral — que, pela sua acção, permitem o florescimento da cidadania numa área entre «the individual and the state; in no-state institutions which organize and educate citizens for political participation; even as an expression of the whole civilizing mission of modern society» (Kumar, 1993, p. 383).

Ora há muito que a ocorrência de situações de ruptura ambiental deixou de verificar-se apenas ou sobretudo fora de portas. Com o crescimento económico verificado nas últimas décadas medra a tendência para o agravamento da degradação e delapidação do ambiente e, conseqüentemente, da mobilização ambiental. A necessária mudança de atitudes e comportamentos face ao ambiente tornou-se, por isso, objectivo que parece ter vindo, apesar de tudo, a ganhar adeptos dentro e

fora da esfera do poder. Se as condições objectivas existentes — nomeadamente a progressiva degradação das condições ambientais — são um facto que poucos se atrevem a negar, a emergência desta problemática enquanto problema social tem vindo a ganhar terreno na sociedade portuguesa, suscitando a emergência de diferentes maneiras de encarar o mundo, na vanguarda de uma sociedade mais equilibrada, mais interventiva e mais consciente dos limites impostos por um planeta globalmente percebido como um ecossistema complexo. Estamos, segundo Catton e Dunlap, perante uma tomada de consciência que revoluciona e questiona o lugar da humanidade no mundo e o papel que desempenha na transformação do ambiente — o novo paradigma ecológico, ou *new ecological paradigm* — NEP —, opondo-se ao paradigma social dominante, ou *dominant social paradigm* — DSP (Catton e Dunlap, 1978 e 1980; Dunlap, 1993; Dunlap e Catton, 1993). Trata-se-á, afinal, de um confronto em aberto entre duas perspectivas de encarar as relações sociedade/ambiente que resulta do facto de as sociedades humanas dependerem, por um lado, da exploração dos ecossistemas envolventes para se desenvolverem, mas, por outro lado, poderem, com a intensificação insustentável da exploração de recursos naturais a que se vem assistindo, estar a destruir a sua própria base de sustentação.

Esta consciência dos limites naturais, acompanhada por um progressivo reequilibrar do papel da humanidade no mundo, tem vindo a granjear uma visibilidade e aceitação progressivas entre a população, que, ainda assim, parece estar longe dos comportamentos e mobilizações ambientais defendidos pelas associações de defesa do ambiente nacionais, que, de acordo com João Carlos Caninas e Paulo Lemos, se inserem num amplo «movimento de opinião (constitucional) que aceita as instituições políticas e o sistema económico, mas exige regular o seu funcionamento (e reforma) e participar nas decisões» (Caninas e Lemos, 1990, p. 52). Enquanto representante de uma sociedade civil pouco activa, o movimento ambientalista carreará tanto mais apoios para as suas causas quanto maior for o incentivo à participação empenhada, neste caso e em particular, nos processos decisórios que são susceptíveis de afectar o ambiente. Para tal designio contribuem as diversas situações de degradação ambiental que vêm proliferando e sobre as quais os *media*

e as organizações de defesa do ambiente têm vindo a alertar as populações, concorrendo para o florescimento de uma sociedade civil que dá sinais, apesar de tudo, de uma capacidade e predisposição crescentes para intervir na defesa dos mais variados interesses sociais, em geral, e do ambiente, em particular.

Perceber como se interligam predisposições, atitudes e participação em acções de preservação ambiental no desencadear de uma sociedade civil mais viva e participativa e como estes desenvolvimentos poderão relacionar-se com a evolução da mobilização ambiental é tarefa analítica que se impõe encetar com vista a aferir os contornos da mobilização ambiental na sociedade portuguesa. É o que procuraremos fazer de seguida numa primeira abordagem à problemática «ambiente e cidadania».

Perspectivas sociais sobre o ambiente segundo o total dos inquiridos portugueses (em percentagem)

[QUADRO N.º 3.11]

	Concorda totalmente	Concorda	Nem concorda nem discorda	Discorda	Discorda totalmente	NS/NR	Total
Quase tudo o que fazemos hoje prejudica o ambiente.....	24,9	47,9	14,5	7,6	1,1	4,0	100
As pessoas preocupam-se demasiado com os efeitos negativos do progresso sobre o ambiente.....	16,0	31,6	14,9	20,5	5,9	11,1	100
A Terra não pode continuar a suportar os níveis actuais de crescimento da população.....	22,7	40,3	16,1	8,7	0,9	11,3	100
Há coisas mais importantes para fazer na vida do que proteger o ambiente.....	13,9	37,0	23,6	17,1	2,9	5,5	100
As preocupações com as ameaças ambientais são muitas vezes exageradas.....	15,5	31,6	16,2	23,5	5,2	8,0	100

N = 1000

A mobilização dos portugueses pela causa ambiental é impulsiva, nada pela difusão de ideias e atitudes mais ou menos próximas do pensamento ambientalista contemporâneo, como são exemplo as afirmações *quase tudo o que fazemos hoje prejudica o ambiente e a Terra não pode continuar a suportar os níveis actuais de crescimento da população*. O equilíbrio ecológico, nesta perspectiva percebido como frágil e facilmente perturbável, poderá estar em risco, mas, pelo menos, parte da população parece alimentar ainda a esperança de que os males ambientais possam estar a ser empolados (47,6% e 47,1% dos inquiridos concordam em algum grau com as afirmações *as pessoas preocupam-se demasiado com os efeitos negativos do progresso sobre o ambiente e as preocupações com as ameaças ambientais são muitas vezes exageradas*).

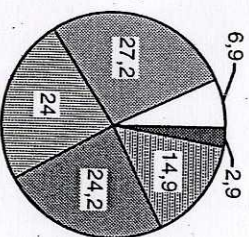
Se desculpas há para a fraca participação na defesa do ambiente entre os portugueses, a questão *há coisas mais importantes para fazer na vida do que proteger o ambiente* parece encaixar-se nas razões de boa parte deles. Com efeito, mais de metade dos inquiridos portugueses (50,9%) concordam com esta afirmação, pouco aberta a sacrifícios em nome da protecção ambiental, enquanto 23,6% se mostram indecisos e apenas cerca de 20% mostram algum grau de discordância. Se este tipo de atitudes e posturas resulta de valores e disposições partilhados, qual será a disponibilidade dos portugueses para prescindirem de algum bem-estar material pela causa ambiental?

A ainda relativamente débil situação económica dos portugueses parece ter importância na posição por eles assumida quanto à sua disponibilidade para com a causa ambiental. Como se constata nos gráficos n.ºs 3.1, 3.2 e 3.3, em qualquer dos casos a percentagem daqueles que aceitariam sem reservas aumentos de preços, aumentos de impostos ou a redução do seu nível de vida para protegerem o ambiente é residual. A percentagem dos que se mostram bastante disponíveis não vai além dos 15%, enquanto os indecisos se situam entre os 20% e os 24%. Os valores aumentam significativamente, no entanto, entre as categorias que recusam de forma mais ou menos vinculada esta ideia de sacrifício pelo ambiente. Em conjunto, estas duas categorias atingem 51,2% na hipótese de aumento de

preços, 57,2% na hipótese de aumento de impostos e, finalmente, 59,2% na hipótese de redução do nível de vida. Se as evidências de degradação ambiental parecem começar a despertar consciências en-

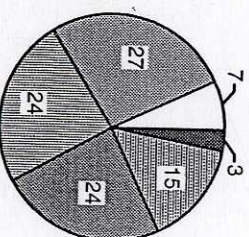
Predisposição para pagar preços mais elevados para defender o ambiente  
(em percentagem)

[GRÁFICO N.º 3.1]



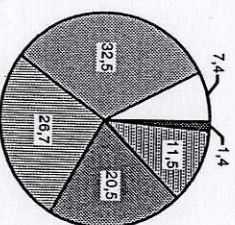
Predisposição para pagar impostos mais elevados para defender o ambiente  
(em percentagem)

[GRÁFICO N.º 3.2]



Predisposição para aceitar uma redução do nível de vida em defesa do ambiente  
(em percentagem)

[GRÁFICO N.º 3.3]



tre os portugueses, uma boa parte deles parece ainda pouco predisposta a aceitar sacrifícios que possam travar esse processo.

**Práticas ambientais (militância e participação) segundo o total dos inquiridos portugueses (em percentagem)**

[QUADRO N.º 3.2]

	Sim	Não	NS/ NR	Total
É membro de algum grupo cujo objectivo seja a preservação ou protecção do ambiente?.....	2,5	95,5	2	100
Nos últimos cinco anos assinou uma petição relacionada com uma questão ambiental?.....	3,7	95,7	0,6	100
Nos últimos cinco anos contribuiu monetariamente para um grupo ambientalista?.....	1,8	97,4	0,8	100
Nos últimos cinco anos participou num protesto ou manifestação sobre uma questão ambiental?.....	1,8	97,8	0,4	100

N = 1000

Os resultados constantes do quadro n.º 3.2, por outro lado, são elucidativos da tradição pouco interventiva que grassa ainda na sociedade portuguesa. Apenas 2,5% dos inquiridos declararam ser membros de um grupo ambientalista e o panorama não melhora quando se lhes pergunta se já participaram numa manifestação, assinaram uma petição ou contribuíram monetariamente a favor do ambiente. Invariavelmente, a resposta dos portugueses é negativa, ultrapassando sempre os 95%. As reacções recentes à instalação de estruturas de tratamento de resíduos (sejam simples aterros sanitários, seja, por exemplo, a instalação da co-incineração nas cimenteiras do Otão e de Souselas) parecem prender-se mais com sentimentos de insegurança e desconfiança para com as autoridades político-científicas do que com um efectivo activismo ambiental, que estes resultados parecem negar.

Já no que diz respeito à deposição selectiva, como veremos no quadro n.º 3.3, o panorama parece ter evoluído de forma mais positiva. Aparentemente, o esforço que tem vindo a ser feito na disseminação de ecopontos e outras estruturas de deposição e recolha selectiva parece, sobretudo se em confronto com os resultados anteriores, ter vindo a produzir resultados que, se ainda longe de patamares óptimos de participação, se mostram encorajadores.

**Práticas ambientais (deposição selectiva e uso do automóvel) segundo o total dos inquiridos portugueses (em percentagem)**

[QUADRO N.º 3.3]

	Sempre pre- que- nente	Fre- quen- temente	Às vezes	Nunca	Não se aplica	NS/ NR	Total
Com que frequência deposita vidro, latas, embalagens, papel, etc., nos locais destinados a reciclagem posterior?.....	21,8	19,8	26,6	14,9	16,6	0,3	100
Com que frequência evita utilizar o automóvel por razões ambientais?..	2,0	8,9	13,2	35,9	39,4	0,6	100

N = 1000

De facto, declararam depositar latas, embalagens, papel, etc., nos locais destinados a reciclagem posterior: *sempre* (21,8%), *frequentemente* (19,8%), *às vezes* (26,6%) e *nunca* (14,9%). Se excluirmos aqueles que não dispõem de qualquer estrutura de deposição selectiva perto de casa, verificamos que metade dos inquiridos a pratica *sempre* ou *frequentemente* e a outra metade *às vezes* ou *nunca*. O comodismo, no entanto, é mais difícil de ultrapassar quando se pede para prescindir do automóvel. Do total dos inquiridos, declararam evitar utilizá-lo por razões ambientais: *sempre* (2%), *frequentemente* (8,9%), *às vezes* (13,2%) e *nunca* (35,9%).

As práticas ambientais dos portugueses, apesar dos resultados relativamente animadores da deposição selectiva, parecem estar longe das atitudes e valores pró-ecológicos que muitos já partilham. A sociedade de consumo e suas consequências, por um lado, e as difíceis condições de vida a que grande parte da população ainda está sujeita, por outro, aliam-se a uma tradição cívica que está longe de ser interventiva e participativa e que considere a defesa do bem comum tarefa de todos e, simultaneamente, de cada um de nós. Espera-se, por isso, que também os índices de cidadania política, de que tentaremos dar conta a partir da combinação de duas das suas vertentes fundamentais — mobilização política (defesa de interesses e valores individuais ou colectivos) e participação associada (participação nas variadas formas de associativismo) —, espelhem esta mesma realidade. Propusemo-nos, assim, a construção de três índices que, se bem que construídos com algumas alterações metodológicas, se inspiram no trabalho de Manuel Villaverde Cabral (2000) realizado a propósito de um inquérito anterior.

De acordo com o quadro n.º 3.4, do rol de acções que seleccionámos como indicadores de mobilização política, a hipótese mais extrema — possibilidade de participação num bloqueio de estrada ou de uma linha férrea — destaca-se pelo maior nível de recusas: apenas 0,8% dos inquiridos admitem já ter participado e quase 60% excluem a hipótese de algum dia virem a participar numa acção semelhante. Já assinar uma petição ou mesmo fazer greve surgem como hipóteses mais aceitáveis. Estes são, de facto, os únicos dois casos em que as percentagens dos que admitem já tê-la praticado ultrapassam a barreira dos dois dígitos (10,2% e 12,7%, respectivamente). Ainda assim, 43,3% e 46,6% dos inquiridos não admitem a hipótese de algum dia virem a praticar algum destes actos.

Em geral, constata-se a tendência já delineada aquando da análise das acções de protecção ambiental. A tradição pouco interventiva predomina ainda e, se, por um lado, a percentagem dos que, contra a corrente, defendem activamente os seus direitos não ultrapassa níveis pouco mais do que residuais, por outro lado, as restantes categorias atingem valores bastante expressivos (40% a 60% dos inquiridos não admitem sequer vir a tomar parte na generalidade das acções apresen-

tadas e 36,7% a 52,6% nunca participaram em qualquer das acções, mas admitem vir a fazê-lo em determinados casos).

Acções de mobilização política segundo o total dos inquiridos portugueses (em percentagem)

	Sim, já fez	Não, mas admite fazer	Não, nem admite fazer	NS/NR	Total
Escrever uma carta para um jornal.....	3,9	52,6	42,0	1,5	100
Contactar directamente um político ou um governante (na rua, por carta ou por telefone).....	4,9	47,2	46,2	1,7	100
Assinar uma petição ou um protesto.....	10,2	45,2	43,3	1,3	100
Fazer greve.....	12,7	38,9	46,6	1,8	100
Tomar a iniciativa de convocar uma reunião.....	6,7	43,0	48,5	1,8	100
Colocar cartazes e distribuir folhetos.....	7,1	41,1	50,1	1,7	100
Participar numa manifestação de rua.....	8,0	40,2	49,8	2,0	100
Bloquear uma estrada ou uma linha férrea.....	0,8	36,7	59,6	2,9	100
Reclamar por escrito junto de uma instituição onde foi mal atendido.....	7,4	47,8	43,4	1,4	100
Participar em acções ou movimentos em defesa dos direitos humanos.....	5,4	49,1	42,4	3,1	100

N = 1000

Um índice que aglutine os resultados das dez variáveis, que entre si atingem um elevado grau de consistência ( $\alpha = 0,92$ ), poderá, no entanto, clarificar um pouco melhor a posição dos portugueses no que diz respeito à sua capacidade de mobilização política e de que forma se relacionam com o conjunto de práticas propostas.

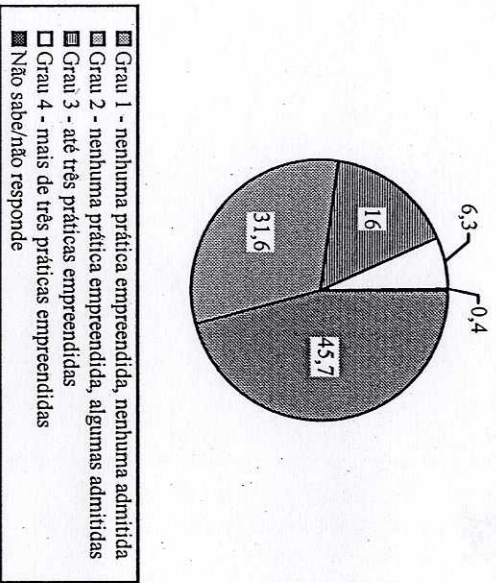
Quase metade dos inquiridos (45,7%) não só não participaram na generalidade das acções apresentadas, como não admitem sequer vir a praticá-las no futuro, pelo que os agrupamos no menor grau de mobilização política (grau 1). A segunda maior categoria em termos percentuais (grau 2) agrupa 31,6% dos inquiridos, mostrando a mesma tendência para a não participação, mas diferenciando-se da anterior



pela sua disponibilidade – ainda que nunca levada à prática – para participar. Por outro lado, apresentando a categoria NS/NR um valor residual de 0,4% (reunindo apenas os inquiridos que se abstiveram de dar resposta a todas as variáveis), restam 22,3% dos inquiridos, que se dividem pelas categorias correspondentes a alguma participação efectiva: 16% incluem-se na categoria dos que declararam já ter praticado, pelo menos, três das acções disponíveis (grau 3) e, finalmente, na categoria mais mobilizada mas também mais minoritária (grau 4), com apenas 6,3%, reúnem-se todos aqueles que declararam ter empreendido mais do que três das práticas propostas.

Índice de mobilização política segundo o total dos inquiridos portugueses (em percentagem)

[GRÁFICO N.º 3.4]



Uma tendência para alguma passividade parece ser ainda característica da sociedade portuguesa, delineando a mobilização para a defesa

de interesses e valores colectivos em geral e, consequentemente, condicionando comportamentos e atitudes perante a preservação ambiental.

O quadro n.º 3.5 parece espelhar bem a relação estabelecida entre uma mobilização política mais activa e uma maior propensão para intervir nas questões ambientais. Os valores do teste de Kolmogorov-Smirnov e os níveis de significância alcançados (em ambos os casos abaixo de 0,05) aí estão para corroborar a relação de dependência entre as duas variáveis. Com efeito, em todas as situações, a um grau elevado de mobilização política corresponde uma maior percentagem de participação dos inquiridos em acções de defesa ambiental, que, ainda assim, se fica por valores relativamente modestos.

Acções de protecção ambiental segundo o índice de mobilização política (em percentagem)

[QUADRO N.º 3.5]

Mobilização política	Assinou uma petição relacionada com uma questão ambiental			Contribuiu monetariamente para um grupo ambientalista			Participou num protesto ou manifestação sobre uma questão ambiental				
	Sim	Não	NS/NR	Sim	Não	NS/NR	Sim	Não	NS/NR		
Grado 1.....	0,2	99,8	0,2	0,2	99,3	0,4	0,2	99,8	0,0		
Grado 2.....	2,2	97,8	0,0	1,6	98,1	0,3	1,9	98,1	0,0		
Grado 3.....	10,9	89,1	2,5	1,9	95,0	3,1	0,6	96,9	2,5		
Grado 4.....	21,0	79,0	0,0	14,5	85,5	0,0	15,9	84,1	0,0		
N = 1000			N = 1000			N = 1000					
Teste de K-S	Z=0,609	p = 0,000		Z=0,475	p = 0,003		Z=0,530	p = 0,000			

Vejamos então como se comportam os inquiridos relativamente à sua participação nas associações, outra dimensão importante da cidadania. De acordo com o quadro n.º 3.6 e como já se adivinhava após as análises anteriores, os índices de participação no movimento associati-

vo entre os inquiridos são modestos. O associativismo ambiental acompanha esta tendência e não parece ser excepção. Se há indícios de que os valores ambientais ganham terreno entre os portugueses, a sua tradição pouco interventiva pode mostrar-se obstáculo de peso no que diz respeito à angariação de novos elementos por parte das associações ambientalistas.

Participação nas associações segundo o total dos inquiridos portugueses  
(em percentagem)

	Sim	Não	NS/ NR	Total
Grupo de protecção ou preservação do ambiente.....	2,5	95,5	2,0	100,0
Associação profissional/empresarial.....	5,3	94,6	0,1	100,0
Associação desportiva.....	5,0	94,9	0,1	100,0
Associação de defesa do património histórico-cultural.....	1,2	98,7	0,1	100,0
Associação ligada à educação e à cultura.....	2,9	97,0	0,1	100,0
Partido político.....	1,8	98,1	0,1	100,0
Associação de solidariedade social.....	2,9	97,0	0,1	100,0
Associação recreativa.....	3,0	96,9	0,1	100,0
Associação de defesa do consumidor.....	0,8	99,1	0,1	100,0

N = 1000

De facto, não mais de 2,5% dos inquiridos declararam fazer parte de uma associação ambientalista, ainda assim, acima das percentagens atingidas pelas *associações de defesa do consumidor, partidos políticos* ou *associações de defesa do património histórico-cultural*. Os valores mais altos, no entanto, não se afastam muito desta marca (5,3% declararam pertencer a uma *associação profissional e/ou empresarial* e 5% declararam pertencer a uma *associação desportiva*). O que pensarão então os inquiridos sobre a necessidade destas associações e sobre o papel social que podem desempenhar?

Opinião sobre o papel das associações segundo o total dos inquiridos portugueses  
(em percentagem)

A - Não há necessidade de haver muitas associações; o que é preciso é haver alguém que tome decisões.....	27,6
B - Nos dias de hoje, a melhor forma de resolver os problemas é participar em associações ou movimentos de opinião.....	54,1
Não sabe/não responde.....	18,3
Total.....	100,0

N = 1000

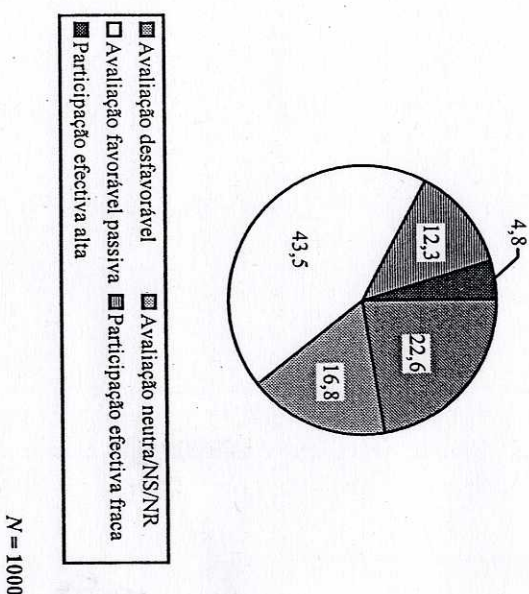
Ainda que a sua participação nas associações (quaisquer que sejam os objectivos que se propõem e as causas que defendem) se limite a percentagens quase residuais, os portugueses parecem ter percebido que papel podem desempenhar estas instituições e de que forma se podem transformar em instrumentos de defesa de valores e interesses partilhados. Assim, e apesar da sua fraca participação efectiva, pensam que *nos dias de hoje a melhor forma de resolver os problemas é participar em associações ou movimentos de opinião* 54,1% dos inquiridos, enquanto 27,6% se decidiram pela opção contrária. Perante esta dicotomia, 18,3% dos inquiridos não souberam ou não quiseram tomar posição.

De forma a sistematizar a informação explorada nos quadros n.ºs 3.6 e 3.7, tornando mais clara a posição dos portugueses face ao associativismo, procurámos criar um índice que tivesse em conta quer a participação efectiva dos inquiridos nas diversas associações, quer o seu posicionamento face a este tipo de instituições<sup>18</sup>.

<sup>18</sup> O índice pretendeu valorizar a participação efectiva nas associações. Uma só resposta positiva nas associações listadas no quadro n.º 3.6 implicou a inclusão no grau 4, «participação efectiva fraca», enquanto mais do que uma resposta positiva nestas variáveis determinou a inclusão no grau 5 (o maior grau de participação associada), «participação efectiva alta». Entre os inquiridos que declararam não participar em nenhuma associação, a escolha da opção B (quadro n.º 3.7) bastou para os incluir no grau 3, «avaliação favorável passiva», enquanto aqueles que se rethglaram nas *não-respostas* se agruparam no grau 2, «avaliação neutra». Finalmente, ainda aos inquiridos que não militam em nenhuma associa-

**Índice de avaliação e participação associada segundo o total dos inquiridos portugueses (em percentagem)**

GRÁFICO N.º 3.5]



Para boa parte dos portugueses, as associações pouco préstimo terão na resolução dos seus problemas. De facto, apenas cerca de 17% dos inquiridos declararam alguma participação efectiva e uma larga maioria (quase 83%) não participa em nenhum tipo de associação. Entre este último grupo, 22,6% têm uma opinião pouco favorável do movimento associativo e do papel que pode desempenhar na sociedade (*avaliação desfavorável*), 16,8% não querem ou não podem tomar posição (*avaliação neutra*) e 43,5% – de longe a maior categoria – julgam de forma mais positiva o papel que estas instituições podem desempenhar na resolução dos problemas actuais, ainda que tal não seja suficiente para

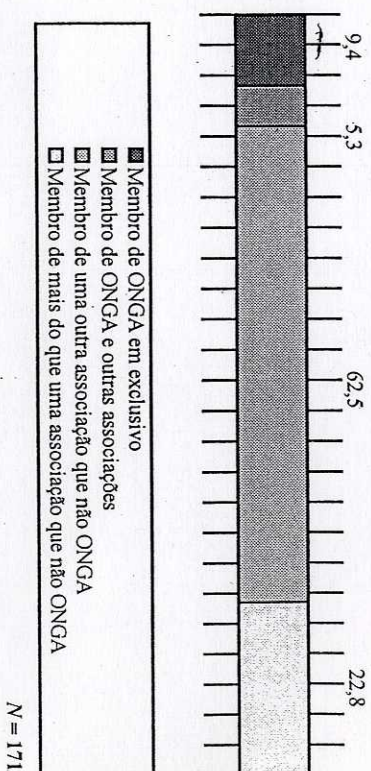
ção e se decidiram pela opção A correspondeu o grau mais baixo do índice (1), «avaliação desfavorável».

justificar a sua participação efectiva nas associações (*avaliação favorável passiva*). Finalmente, apesar de o grau de exigência ser modesto, as frequências das categorias que correspondem a alguma participação efectiva ficam-se por 12,3% no nível de *participação efectiva fraca* e 4,8% no nível de *participação efectiva alta*.

Se a débil tendência dos portugueses para se associarem em defesa de interesses colectivos não é posta em causa, sublinhe-se, apesar disso, que uma larga maioria considera positivamente o papel destas instituições na sociedade, pelo que as explicações para esta fraca participação poderão, pelo menos em grande parte, encontrar-se fora do campo associativo e prender-se, sobretudo, com algumas singularidades da sociedade portuguesa já afloradas anteriormente.

**Militância ambiental entre o movimento associativo (em percentagem)**

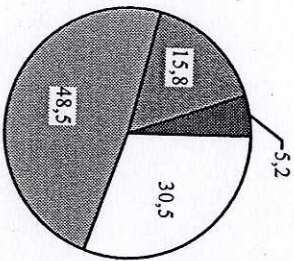
GRÁFICO N.º 3.6]



Se a percentagem de inquiridos que efectivamente declararam participar nas associações se limita a 17,1% do total dos inquiridos, de entre estes, não mais do que 14,7% são membros de uma ONGA – organização não governamental de ambiente (9,4% limitam-se ao associativismo ambientalista e 5,3% participam ainda noutra tipo de associações).

A participação em associações de defesa do ambiente parece, assim, confinar-se a uma reduzida minoria, mesmo dentro do próprio movimento associativo.

Índice de cidadania política segundo o total dos inquiridos portugueses (em percentagem)



[GRÁFICO N.º 3.71]

□ Muito fraco ■ Fraco ■ Forte ■ Muito forte  
N = 1000

Se admitirmos, como Manuel Villaverde Cabral, que «a qualidade de um dado regime democrático será tanto maior quanto mais os cidadãos exerceren os seus direitos» (Cabral, 2000, p. 142), a construção de um índice de *cidadania política*<sup>19</sup>, resultante da combinação desta propensão para a acção colectiva (associativismo) com a propensão para a automobilização em defesa de interesses e valores

<sup>19</sup> Os valores bastante expressivos dos coeficientes de correlação obtidos entre o *índice de cidadania política* e os que lhe estão na origem – *mobilização política* ( $r = 0,70$ ) e *participação associada* ( $r = 0,83$ ) – indiciam a estreita relação entre as variáveis. Os resultados obtidos derivam da média alcançada por cada indivíduo, tendo em conta os dois índices, recodificando-se o resultado para quatro categorias: *muito fraco, fraco, forte e muito forte*.

próprios (mobilização política), poderá ser o instrumento que nos possibilite descortinar de que forma os portugueses assumem os seus direitos de cidadania e como isso se interliga com algumas especificidades da sociedade portuguesa.

Com efeito, pouco mais de um quinto dos inquiridos atingiram os dois maiores graus do índice – *muito forte* (5,2%) e *forte* (15,8%). A grande maioria dos inquiridos divide-se entre um grau *muito fraco* (30,5%) e um grau *fraco* (48,5%) de exercício de *cidadania política*. Este débil desempenho que parece marcar a sociedade portuguesa terá, certamente, repercussões na forma como os inquiridos assumem a defesa dos seus interesses, sobretudo dos interesses partilhados, como é o caso do ambiente.

Predisposição para prescindir de algum bem-estar material a favor do ambiente segundo o nível de cidadania política (em percentagem)

[QUADRO N.º 3.8]

	Nível de cidadania política			
	Muito fraco	Fraco	Forte	Muito forte
Estaria disposto a pagar preços mais elevados para proteger o ambiente ( $r = 0,21$ ; $p = 0,000$ ),	Muito/bastante disposto.....	Muito/bastante disposto.....	Muito/bastante disposto.....	Muito/bastante disposto.....
	13,1	20,2	22,7	32,0
	Índice.....	15,2	31,8	27,3
	Pouco disposto.....	26,2	25,3	27,3
	Nada disposto.....	45,4	22,6	22,7
	<i>Total</i> .....	100,0	100,0	100,0
Estaria disposto a pagar impostos mais elevados para proteger o ambiente ( $r = 0,24$ ; $p = 0,000$ ),	Muito/bastante disposto.....	Muito/bastante disposto.....	Muito/bastante disposto.....	Muito/bastante disposto.....
	7,8	13,4	22,2	27,5
	Índice.....	14,2	29,2	22,9
	Pouco disposto.....	27,3	29,8	27,5
	Nada disposto.....	50,7	27,6	25,5
	<i>Total</i> .....	100,0	100,0	100,0
Estaria disposto a aceitar uma redução do seu nível de vida para proteger o ambiente ( $r = 0,24$ ; $p = 0,000$ ),	Muito/bastante disposto.....	Muito/bastante disposto.....	Muito/bastante disposto.....	Muito/bastante disposto.....
	6,9	15,0	18,4	28,9
	Índice.....	14,2	25,3	25,7
	Pouco disposto.....	26,5	32,7	27,0
	Nada disposto.....	52,4	27,1	28,9
	<i>Total</i> .....	100,0	100,0	100,0

Nos três casos analisados no quadro n.º 3.8, com correlações estatisticamente significativas, apesar de os valores se apresentarem relativamente baixos, é notória a influência do nível de *cidadania política* evidenciada sobretudo nas categorias extremas do índice<sup>20</sup>. De facto, em qualquer das hipóteses (aumento de preços, aumento de impostos, redução do nível de vida) este mesmo tipo de relação – disponibilidade a favor do ambiente condicionada pelos níveis de *cidadania política* – surge mais claro sobretudo entre os inquiridos que se ficaram pelo grau  *muito fraco* e pelo grau  *muito forte* do mesmo índice de cidadania. A falta de maturidade da sociedade civil portuguesa, repercutindo-se na capacidade de intervenção cívica (seja em defesa de interesses próprios, seja de interesses partilhados), parece ser determinante para algum alinhamento evidenciado nas questões ambientais e condicionará por certo a mobilização para a defesa do ambiente.

Note-se, por exemplo, que no grau  *muito fraco* de *cidadania política* 13,1% dos inquiridos estariam  *muito ou bastante dispostos* a pagar preços mais altos para proteger o ambiente, 15,2% mostraram-se  *indecisos*, 26,2%  *pouco dispostos* e 45,4%  *nada dispostos* a aceitar aumentos de preços, ainda que em benefício do ambiente. Já no grau de  *cidadania política muito forte* a tendência inverte-se: 32% mostram-se  *muito ou bastante dispostos* a aceitar preços mais elevados a favor do ambiente, 30% mostram-se  *indecisos*, 22%  *pouco dispostos* e apenas 16% não estão  *nada dispostos* a aceitar tais aumentos. Nas restantes hipóteses propostas, ainda que no nível  *muito forte* de  *cidadania política* esta relação não surja tão expressiva, continua a ser claro que um nível incipiente de  *cidadania política* se relaciona com uma predisposição igualmente débil para renunciar a algum bem-estar a favor do ambiente.

## Dimensões da mobilização ambiental: o caso português comparado com três países europeus

Apesar de algumas inconsistências sugeridas pela análise anterior, não restarão grandes dúvidas de que a mobilização pelo ambiente a que assistimos – incluindo-se num processo progressivo e multidimensional – parece emergir de uma crescente consciencialização ambiental que, simultaneamente, arrastará consigo (ainda que gradualmente) novos comportamentos e novas posturas perante os valores ecológicos<sup>21</sup>.

Uma análise factorial de componentes principais poderá, portanto, ajudar a identificar as dimensões que sobressaem no processo. Para o efeito seleccionámos algumas das variáveis disponíveis<sup>22</sup>, procurando uma análise consistente que tenha em conta a integração de crenças, atitudes, predisposições e práticas ambientais e que, ao mesmo tempo, permita uma comparação internacional com países que, supostamente, apresentem diferentes níveis de mobilização pela defesa do ambiente<sup>23</sup>. Decidimo-nos, neste caso, pela Grã-Bretanha e pela Alemanha, países onde as preocupações e o interesse pela causa ambiental são, habitualmente, tidos como mais socialmente sedimentados, e a Espanha que, em conjunto com Portugal, representará esta área do Sul da Europa, supostamente, mais tardia no despertar para estas questões.

Pressupondo a análise factorial de componentes principais que num conjunto determinado de variáveis observáveis há um número menor de variáveis subjacentes – componentes ou factores –, a partir das doze variáveis originais chegámos a quatro factores que explicam 59,3% da

<sup>21</sup> No segundo inquérito «Os portugueses e o ambiente», levado a cabo pelo Observa (Ferreira de Almeida, no prelo), através da aplicação de uma bateria diferente de variáveis – *escala NEP* – criada pela equipa de Riley Dunlap (Dunlap *et al.*, 2000), chegou-se a resultados que apontaram para esta mesma direcção.

<sup>22</sup> Todas as variáveis foram recodificadas de forma que aos maiores graus de concordância, disponibilidade ou participação correspondessem as categorias de maior valor (isto é, «concordo totalmente» = 5) e aos menores graus correspondessem as categorias de menor valor (isto é, «discordo totalmente» = 1).

<sup>23</sup> O teste de Bartlett com um nível de significância de 0,000 (confirmando a correlação entre variáveis), e o valor de 0,742 do teste de Keiser-Meyer-Olkin deram-nos as necessárias garantias de qualidade para prosseguirmos a análise.

<sup>20</sup> Tratando-se de disponibilidade para pagar ou reduzir o nível de vida, a situação económica dos inquiridos não deixará de ter implicações na forma como se mostram disponíveis para aceitarem tais sacrifícios.

variância<sup>24</sup>. Apesar de não observáveis empiricamente, e admitindo que não esgotam a multidimensionalidade do processo, não deixarão de nele deter um papel importante, nomeadamente ao nível de crenças, atitudes e valores que, impulsionando a mobilização pelo ambiente, determinarão novas práticas e comportamentos integradores de uma relação mais equilibrada com o ambiente<sup>25</sup>.

Quatro dimensões da mobilização ambiental (AFCP)

[QUADRO N.º 3.9]

Componentes	Disponibilidade	Confiância	Activismo	Critica
Estaria disposto a pagar preços bastante mais elevados para proteger o ambiente?	0,878	-0,056	0,119	0,047
Estaria disposto a pagar impostos mais elevados para proteger o ambiente?	0,876	-0,010	0,138	0,027
Estaria disposto a aceitar uma redução do seu nível de vida para proteger o ambiente?	0,803	-0,156	0,100	0,059
As preocupações com as ameaças ambientais são muitas vezes exageradas.	-0,091	0,809	-0,096	-0,074
As pessoas preocupam-se demasiado com os efeitos do progresso sobre o ambiente.	0,032	0,724	0,078	0,090
Há coisas mais importantes para fazer na vida do que proteger o ambiente.	-0,148	0,716	-0,061	0,090
Nos últimos cinco anos deu dinheiro a um grupo ambientalista?	0,172	-0,147	0,708	-0,057
É membro de algum grupo cujo objectivo principal seja a protecção ambiental?	0,127	-0,274	0,700	-0,014
Nos últimos cinco anos participou numa manifestação sobre uma questão ambiental?	0,057	0,077	0,638	0,048
Nos últimos cinco anos assinou uma petição relacionada com o ambiente?	0,028	-0,027	0,594	0,052
A Terra não pode continuar a suportar os níveis actuais de crescimento da população.	0,015	-0,007	0,038	0,776
Quase tudo o que fazemos hoje prejudica o ambiente.	0,081	0,100	0,005	0,744
Variação explicada:	18,9%	15,3%	15,7%	9,9%
Alfa de Cronbach:	0,84	0,64	0,59	0,30

<sup>24</sup> Para levar a efeito esta análise muito agradecemos os conselhos metodológicos prestados pela Prof.ª Doutora Madalena Matos.

<sup>25</sup> Outras dimensões seriam igualmente importantes, mas a inexistência de variáveis adequadas ou a dificuldade de incluir outras devido às altas taxas de inquiridos na situação de «não se aplica» levaram-nos a limitar a análise às doze variáveis presentes.

Assim sendo, o primeiro factor que designámos por «disponibilidade» expressa o que de comum existe nas variáveis que o compõem (disponibilidade para, em nome da defesa do ambiente, aceitar sacrifícios, como aumento de preços, impostos mais elevados ou mesmo uma eventual redução do nível de vida).

Medidas centrais e medidas de dispersão no factor «disponibilidade» segundo a nacionalidade dos inquiridos

[QUADRO N.º 3.10]

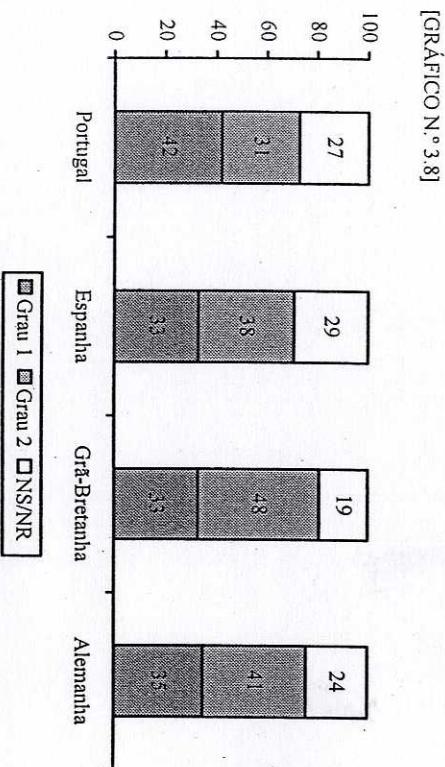
Disponibilidade	Portugal	Alemanha	Espanha	Grã-Bretanha	Total
Média.....	-0,272	0,040	0,035	0,168	0,000
Mediana.....	-0,306	0,112	0,098	0,209	0,083
Variancia.....	1,176	0,896	0,991	0,895	1,000
Mínimo.....	-2,348	-2,636	-2,137	-1,977	-2,636
Máximo.....	2,672	2,546	2,616	2,558	2,672

Como podemos constatar no quadro n.º 3.10, os inquiridos portugueses são os que, em média, mostram menos disponibilidade para fazer sacrifícios em nome da protecção ambiental (o único grupo que apresenta valores negativos na média e na mediana), enquanto os inquiridos britânicos se destacam na posição contrária, com os mais altos valores na média e na mediana. A posição *sui generis* dos portugueses é ainda reforçada pelo valor da variância. De facto, no que toca à disponibilidade para com o ambiente, os portugueses, se comparados com os outros grupos em análise, parecem evidenciar posições globalmente mais dispersas, assumindo o único valor acima da unidade (1,176).

De forma a permitir uma mais fácil leitura dos resultados, e pretendendo situar cada indivíduo face às várias dimensões (componentes) da mobilização ambiental, recodificaram-se os scores factoriais em dois grandes grupos, de acordo com os valores obtidos por cada indivíduo

na análise factorial<sup>26</sup>. O gráfico n.º 3.8 torna clara a peculiaridade da postura assumida pelos inquiridos portugueses (os únicos maioritariamente indisponíveis), que detêm a maior percentagem da categoria menos disponível para aceitar sacrifícios em nome da preservação ambiental (42%)<sup>27</sup> e, simultaneamente, o menor valor do grau de maior disponibilidade (grau 2), com 31,6%. Entre os restantes inquiridos, a tendência é sempre contrária, destacando-se os britânicos como os mais disponíveis (acumulando as maiores percentagens no grau 2) e os inquiridos espanhóis, com as maiores taxas de não-respostas (29,4%).

Grau de disponibilidade para com o ambiente segundo a nacionalidade dos inquiridos (em percentagem)



<sup>26</sup> Para tal, aos inquiridos que atingiram valores inferiores a 0 corresponderá o grau 1 (postura fundamentalmente antropocêntrica, discordante das afirmações que estão na base da componente em causa) e aos que atingiram valores superiores a 0, assumindo, portanto, um posicionamento globalmente pró-ecológico, concordante com as afirmações de origem do factor em análise, corresponderá o grau 2, o maior grau de adesão aos índices criados.

<sup>27</sup> Estando na base desta componente da mobilização a «disponibilidade para pagar...», situações sócio-económicas menos favoráveis (como será, comparativamente, a dos portugueses) terão as suas consequências nos resultados apurados, mas, como veremos na análise dos outros factores, não esgotarão a explicação das diferenças.

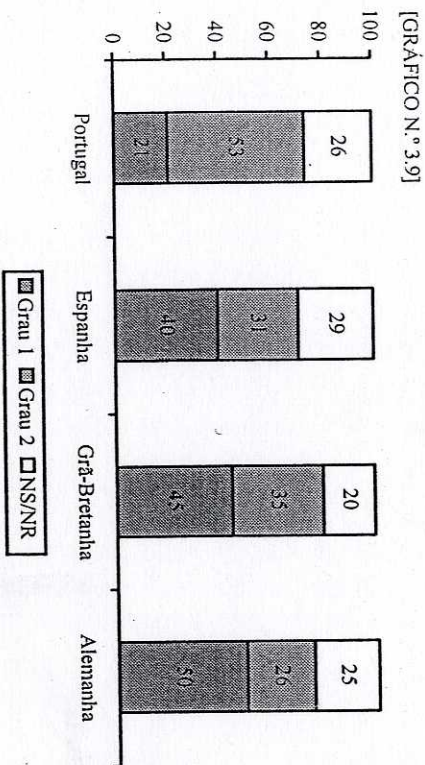
O segundo factor, «confiança», resulta da combinação linear das variáveis que, nesta análise, mais se distanciam dos designios ambientalistas e que expressam a ideia de que há coisas mais importantes para fazer do que defender o ambiente. Assume-se, nesta posição optimista, que há um empolamento generalizado dos perigos e ameaças ambientais que, por sua vez, terá fomentado uma preocupação exagerada e injustificada com o ambiente.

Medidas centrais e medidas de dispersão no factor «confiança» segundo a nacionalidade dos inquiridos

	Portugal	Alemanha	Espanha	Grã-Bretanha	Total
Média.....	0,706	-0,326	-0,088	-0,117	0,000
Mediana.....	0,749	-0,341	-0,143	-0,154	-0,097
Variancia.....	1,118	0,868	0,729	0,673	1,000
Mínimo.....	-2,160	-2,480	-2,414	-2,116	-2,480
Máximo.....	2,994	2,738	2,263	2,448	2,994

Surtingo mais confiantes na hipótese de que a gravidade dos problemas ambientais tenha vindo a ser empolada, o comportamento de grande parte dos inquiridos portugueses parece distanciar-se do nível de apreensão evidenciado pelos restantes grupos. Os portugueses assumem uma posição que, na esteira do que tem vindo a ser defendido por Catton e Dunlap (cf. Dunlap e Catton, 1993, e Dunlap *et al.*, 2000), poderíamos designar como tendencialmente antropocêntrica (sobretudo se comparada com as posições dos outros inquiridos), sendo os únicos que atingem valores positivos na média (0,706) e na mediana (0,749). Ao contrário, assumindo as ameaças ambientais como verdadeiras e, por isso, recusando o optimismo das afirmações que estão na base deste factor, as respostas dos inquiridos alemães destacam-se pelos mais baixos valores da média (-0,326) e da mediana (-0,341), configurando a posição mais pró-ecológica de entre os quatro grupos de inquiridos.

**Grau de confiança na resolução dos problemas ambientais segundo a nacionalidade dos inquiridos (em percentagem)**



O gráfico n.º 3.9 torna ainda mais clara a singularidade dos resultados respeitantes aos inquiridos portugueses. De facto, a alguma regularidade nas distribuições de espanhóis, britânicos e alemães (com valores entre os 40% e os 49,6% no grau 1 e 25,6% e 35,1% no grau 2) contrapõem-se os resultados de sentido inverso dos portugueses, 53% de frequências na categoria mais confiante e, por conseguinte, mais antropocêntrica e os modestos 20,7% no grau 1, categoria que mais apreensão em relação à evolução das condições ambientais denota.

O terceiro factor, «activismo», derivando da combinação linear das variáveis «militância ambientalista», «participação em petição relacionada com a defesa do ambiente», «contribuição monetária para um grupo ambientalista» e «participação em manifestação relacionada com uma questão ambiental», pretende clarificar de que forma e em que grau os inquiridos actuam em favor do ambiente.

De acordo com o quadro n.º 3.12, se nos fixarmos nas médias obtidas pelos quatro grupos de inquiridos, os portugueses parecem os menos activos na defesa do ambiente, tendo obtido a média mais baixa (-0,250). Ainda em terreno negativo (denotando, tal como os portugueses, uma postura tendencialmente passiva), mas já com uma média muito próxima de zero (-0,069), encontram-se os inquiridos espanhóis.

Por seu turno, os britânicos e os alemães parecem assumir uma postura maioritariamente interventiva em favor do ambiente, apresentando médias em terreno claramente positivo (0,119 e 0,123).

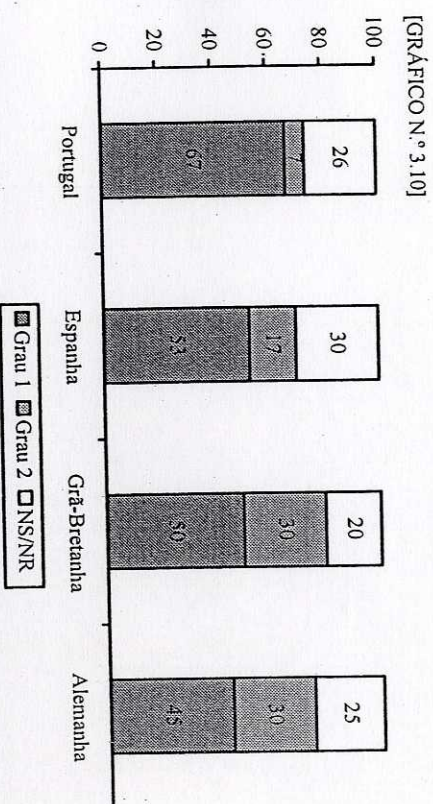
**Medidas centrais e medidas de dispersão no factor «activismo» segundo a nacionalidade dos inquiridos**

[QUADRO N.º 3.12]

Activismo	Portugal	Alemanha	Espanha	Grã-Bretanha	Total
Média.....	-0,250	0,119	-0,069	0,123	0,000
Mediana.....	-0,343	-0,356	-0,445	-0,359	-0,373
Variância.....	0,325	1,238	1,096	1,114	1,000
Mínimo.....	-1,030	-1,030	-1,136	-1,133	-1,136
Máximo.....	5,319	5,388	5,124	4,905	5,388

Apesar destas diferenças, os valores da mediana não se diferenciam significativamente, o que implica uma variância menor entre os inquiridos ibéricos, acentuando-se no caso dos portugueses.

**Grau de activismo pela defesa do ambiente segundo a nacionalidade dos inquiridos (em percentagem)**





Olhando agora o gráfico resultante da partição dos resultados em dois grandes grupos, os inquiridos portugueses destacam-se pelo fraco resultado (6,8%) conseguido no maior grau de activismo (grau 2), mas também pelo valor excepcional obtido na categoria de tendência pouco activa (66,9%). Os restantes grupos de inquiridos apresentam frequências do grau 2 (pendor activo) bastante superiores, ainda que seja esta a dimensão onde os resultados globais se mostram menos vigorosos no que respeita à mobilização ambiental. De entre estes são os britânicos (30,4% no grau 2 e 50,1% no grau 1) e os alemães (29,9% no grau 2 e 45,4% no grau 1) que denotam maior pendor para o activismo ambiental. Os espanhóis aproximam-se mais (ainda que a alguma distância) da posição portuguesa (17,2% no grau 2 e 53,3% no grau 1).

Finalmente, a combinação das variáveis que alertam para os limites do crescimento e para os efeitos da vida moderna sobre o ambiente, resulta no quarto e último factor, «crítica», que parece congregar um posicionamento crítico face à modernidade, diametralmente oposto ao implícito no factor «confiança». O quadro n.º 3.13 deixa clara, desde logo, a maior tendência para um posicionamento crítico dos inquiridos ibéricos, acentuando-se ainda mais no caso português. De facto, as médias de 0,357 entre os inquiridos portugueses e 0,155 entre os espanhóis contrastam com os valores negativos (postura mais conciliadora) alcançados entre alemães (-0,154) e britânicos (-0,247).

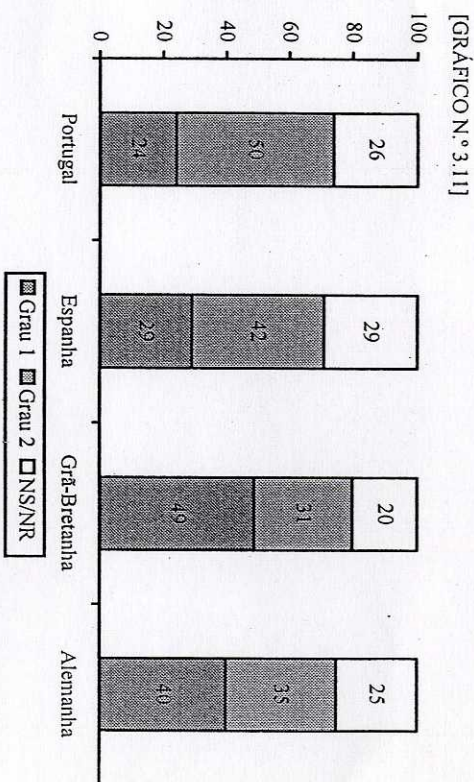
Medidas centrais e medidas de dispersão no factor «crítica» segundo a nacionalidade dos inquiridos

QUADRO N.º 3.131

Crítica	Medidas centrais e medidas de dispersão				Total
	Portugal	Alemanha	Espanha	Grã-Bretanha	
Média.....	0,357	-0,154	0,155	-0,247	0,000
Mediana.....	0,4820	-0,074	0,388	-0,204	0,073
Variância.....	0,906	1,015	1,041	0,800	1,000
Mínimo.....	-3,143	-3,436	-3,070	-3,037	-3,436
Máximo.....	2,012	2,023	2,099	1,864	2,099

Os portugueses, com uma postura média mais crítica, e os britânicos, com uma postura média menos crítica, assumem, assim, os pólos opostos de uma visão da modernidade que, porventura, se alicerçará na confiança nas instituições e no dinamismo da sociedade civil, que, ao contrário de outras paragens, rareiam ainda em Portugal, fazendo com que os inquiridos portugueses acumulem um intenso sentido crítico face ao crescimento e à vida moderna com um grau elevado de confiança porventura resultante de uma relativização dos problemas ambientais<sup>28</sup>.

Grau de sentido crítico face aos desenvolvimentos ambientais segundo a nacionalidade dos inquiridos (em percentagem)



O gráfico n.º 3.11 confirma e reforça estes resultados, destacando-se as percentagens mais elevadas da categoria mais crítica entre os inquiridos ibéricos (portugueses com 49,6% e espanhóis com 42,1%), que acumulam com os mais baixos valores da categoria menos crítica

<sup>28</sup> Inquéritos anteriores (Ferreira de Almeida, 2000 e no prelo) deram conta de que os problemas da degradação ambiental são vistos pelos portugueses sobretudo como um problema dos outros, fora de portas.

(24,1% entre os portugueses e 28,5% entre os espanhóis). Entre os alemães e os britânicos, por seu turno, a situação tende a inverter-se, ganhando peso a categoria menos crítica, com valores entre os 49,3% dos britânicos e os 40,1% dos inquiridos germânicos.

No que se refere à mobilização pelo ambiente, pelo menos no que diz respeito às quatro dimensões aqui analisadas, os inquiridos portugueses parecem assumir um comportamento *sui generis* que, certamente, se relacionará com as peculiaridades da sociedade portuguesa. As dificuldades sócio-económicas que a distinguem ainda do conjunto europeu poderão justificar, de alguma forma, a tendência para uma menor disponibilidade em assumir sacrifícios (será, pelo menos, compreensível que um português hesite mais em aceitar uma diminuição do seu nível de vida do que um alemão, um britânico ou mesmo um espanhol).

Por outro lado, o relativo distanciamento que ainda vigora entre grande parte dos inquiridos portugueses e os problemas ambientais (como já foi referido, a degradação ambiental é sobretudo um problema dos outros) poderá fazer com que, de forma algo contraditória, os portugueses admitam que as preocupações com as ameaças ambientais são exageradas, mas, simultaneamente, acreditem que a vida moderna e o crescimento a que temos vindo a assistir são causas centrais da degradação ambiental. Aparentemente, desconfia-se de que alguns exageros terão sido perpetrados na disseminação da mensagem ambientalista, mas, porventura, desconfia-se ainda mais da capacidade de lidar com essas ameaças e de controlar os principais factores de degradação. Tanto mais que, entre os portugueses, a sua própria mobilização para agir está longe de atingir um patamar que possa garantir uma pressão efectiva e constante sobre os poderes de decisão, de forma a influenciar os desenvolvimentos futuros em matéria de protecção ambiental.

### O reforço mútuo da cidadania e da mobilização ambiental: especificidades do caso português

O reforço da sociedade civil e da cidadania parece condicionar, como terá ficado implícito nos capítulos anteriores, o processo pro-

gressivo de mobilização pelo ambiente, que, por sua vez, inculcará aí as suas marcas, emergindo cada vez mais como impulso essencial para o assumir de direitos e deveres cívicos. Assim sendo, um olhar sobre as interações estabelecidas entre as variáveis sociográficas, como o grau de instrução ou a idade dos inquiridos, e entre a *mobilização política* em geral e a *mobilização ambiental* poderá ajudar a melhor compreender as peculiaridades evidenciadas nas respostas dos inquiridos portugueses.

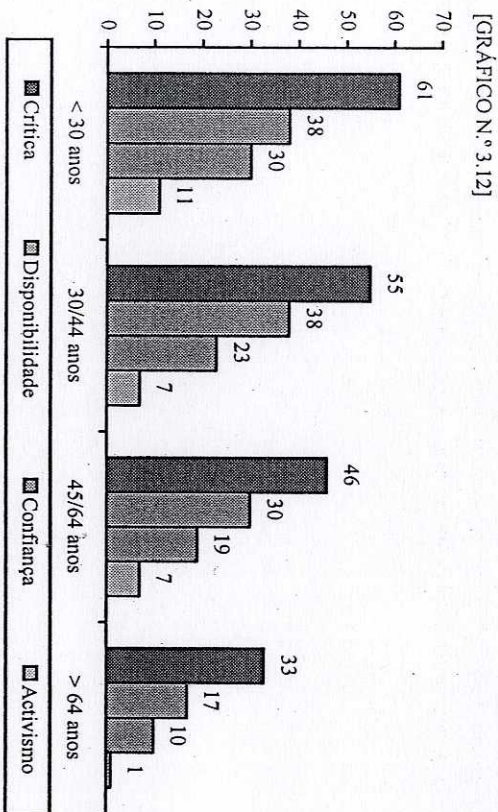
O quadro n.º 3.14 torna, desde logo, evidente a tendência para que os inquiridos mais velhos se refugiem mais nas não-respostas. De facto, se entre o grupo mais jovem a categoria *não sabe/não responde* não chega aos 15%, entre o grupo dos inquiridos com mais de 64 anos a percentagem chega aos 44,7%. Por outro lado, globalmente, são também os inquiridos mais velhos que maior tendência apresentam para assumir posturas menos mobilizadas para a defesa do ambiente, enquanto os grupos mais jovens tendem a assumir posições mais pró-ecológicas, denotando, portanto, maior pendor para a mobilização em defesa do ambiente.

Grau de mobilização ambiental segundo o grupo etário dos inquiridos portugueses  
(em percentagem)

Mobilização ambiental	Grupo etário					Total
	< 30 anos	30/44 anos	45/64 anos	> 64 anos		
Disponibilidade.....	NS/NR.....	14,8	17,1	32,1	44,7	26,4
	Grau 2.....	37,8	38,3	30,4	16,6	31,6
	Grau 1.....	47,4	44,6	37,5	38,7	42,0
Confiança.....	NS/NR.....	14,8	17,1	32,1	44,7	26,4
	Grau 2.....	55,2	60,3	49,2	45,2	53,0
	Grau 1.....	30,0	22,6	18,7	10,1	20,7
Activismo.....	NS/NR.....	14,8	17,1	32,1	44,7	26,4
	Grau 2.....	10,9	6,9	7,4	1,0	6,8
	Grau 1.....	74,3	76,0	60,5	54,3	66,9
Crítica.....	NS/NR.....	14,8	17,1	32,1	44,7	26,4
	Grau 2.....	61,3	55,7	45,7	32,7	49,6
	Grau 1.....	23,9	27,2	22,2	22,6	24,1

De facto, como se torna claro no gráfico n.º 3.12, a disponibilidade para aceitar sacrifícios a favor da preservação ambiental (factor *disponibilidade*) atinge 37,8% entre os inquiridos mais jovens, mas não ultrapassa 16,6% entre o grupo dos mais idosos. Já a preocupação com a crise ambiental e a desconfiança na resolução desses problemas (factor *confiança*) chegam a 30,0% dos inquiridos com menos de 30 anos, mas pouco ultrapassam 10% dos inquiridos mais velhos. Por seu turno, o activismo e a militância pelo ambiente (factor *activismo*), que se aproximam dos 11% entre os inquiridos mais novos, limitam-se a apenas 1% dos inquiridos com mais de 60 anos e, finalmente, uma visão crítica ecológica (factor *crítica*) é partilhada por 61,3% dos inquiridos mais jovens, mas fica-se por cerca de metade do grupo mais idoso (32,7%).

Grau de maior mobilização ambiental nas quatro dimensões segundo o grupo etário dos inquiridos portugueses (em percentagem)



Quanto às consequências do nível de instrução na mobilização ambiental, e tal como no caso da idade, surge clara a relação com a capacidade

para tomar posição. De facto, o nível de não-respostas é tanto mais elevado quanto mais baixo é o nível de instrução dos inquiridos (isto é, 48,1% entre os inquiridos sem grau de instrução e apenas 3,7% entre o grupo com frequência do ensino superior).

Grau de mobilização ambiental segundo o nível de instrução dos inquiridos portugueses (em percentagem)

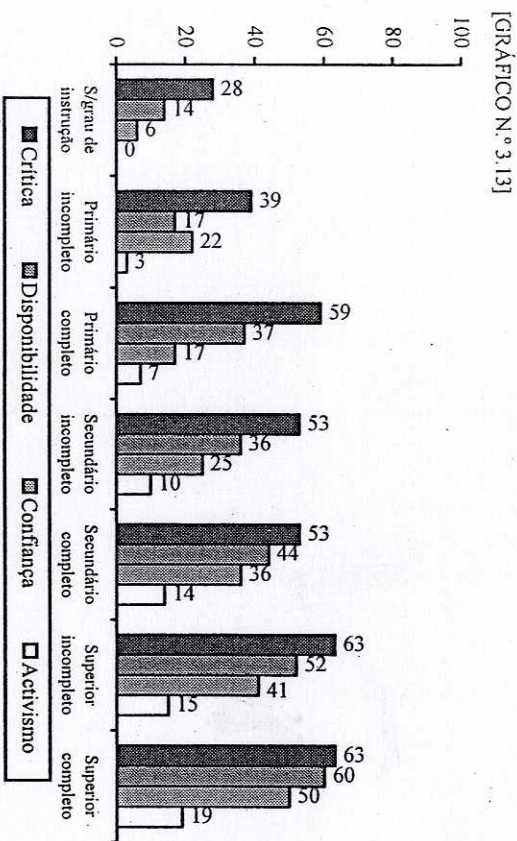
Mobilização ambiental	Nível de instrução						Total		
	Sem grau de instrução	Primário incompleto	Primário completo	Secundário incompleto	Secundário completo	Superior incompleto		Superior completo	
Disponibilidade...	NS/NR...	48,4	16,8	19,2	15,8	16,0	3,7	6,3	26,3
	Grau 2...	13,9	16,5	36,7	35,5	44,0	51,9	60,4	31,5
Confiança.....	Grau 1...	37,7	36,7	44,1	48,7	40,0	44,4	33,3	42,2
	NS/NR...	48,4	16,8	19,2	15,8	16,0	3,7	6,3	26,3
Activismo.....	Grau 2...	45,9	31,0	63,6	59,4	48,0	55,6	43,7	52,9
	Grau 1...	5,7	22,2	17,2	24,8	36,0	49,7	50,0	20,8
Crítica.....	NS/NR...	48,4	16,8	19,2	15,8	16,0	3,7	6,3	26,3
	Grau 2...	27,5	39,0	59,0	53,2	52,9	63,0	62,5	49,6
Crítica.....	Grau 1...	24,4	14,5	21,8	31,0	31,4	33,3	31,3	24,2

Mas, se o nível de não-respostas afecta as distribuições das quatro dimensões ou componentes da mobilização ambiental, fazendo com que as duas categorias com posicionamento definido apresentem uma tendência de crescimento entre os grupos mais escolarizados, não restam dúvidas de que são as categorias mais pré-ecológicas (grau 1 no caso do factor *confiança* e grau 2 nos restantes) que maior impulso ganham com o aumento do nível de escolaridade.

É óbvia a correspondência entre maiores níveis de escolaridade e maiores frequências na categoria de maior disponibilidade para aceitar

aumentos de impostos, aumentos de preços ou mesmo uma eventual redução do nível de vida. O mesmo poderá dizer-se do factor *confiança*, onde, sobretudo se ignorarmos o resultado algo contraditório dos inquiridos com *ensino primário incompleto*, é evidente uma clara tendência para maiores níveis de apreensão entre os inquiridos mais instruídos.

Grau de maior mobilização ambiental nas quatro dimensões segundo o nível de instrução dos inquiridos portugueses (em percentagem)



No que diz respeito ao activismo, a situação não se altera. Pelo contrário, a frequência da categoria de maior activismo (grau 2) é nula entre os inquiridos *sem grau de instrução* e com *ensino primário incompleto*, mas atinge os mais altos valores (acima dos 14%) nos três grupos mais escolarizados. Finalmente, no factor *crítica* a situação repete-se e, se entre os inquiridos sem grau de instrução a categoria mais mobilizada (grau 1) não ultrapassa os 27,5%, atinge valores próximos dos 63% entre os inquiridos com frequência ou ensino superior completo.

Se os níveis de literacia e a instrução em geral desempenham um papel central no processo de mobilização ambiental, o assumir de valo-

res, atitudes e comportamentos a favor da causa ambiental — causa verde, nas palavras de Steven Yartley (1992) — não deixará de estar profundamente impregnado por valores mais abrangentes (os direitos e deveres alargados de cidadania) que, se por um lado, relativizam o lugar e o papel desempenhado pela humanidade no mundo, por outro lado, reafirmam a necessidade de preservar os equilíbrios ecológicos como forma de manter as condições que possibilitam o próprio desenvolvimento, mas também a necessidade de defender a qualidade de vida das populações, ou, de forma mais geral, a necessidade de defender os direitos humanos, a liberdade de expressão, o património (seja ele natural, cultural ou social), etc., dando corpo a uma nova atitude fundada em valores já designados por Ronald Inglehart (Inglehart, 1997) como pós-materialistas.

Interessa, por isso, indagar de que forma se relacionam as quatro dimensões extraídas da análise de componentes principais com os três índices criados para dar conta da forma como os portugueses assumem os seus direitos e deveres cívicos.

Grau de mobilização ambiental segundo o Índice de mobilização política dos inquiridos portugueses (em percentagem)

	Mobilização política				
	Grau 1	Grau 2	Grau 3	Grau 4	
<b>Mobilização ambiental</b>					
Disponibilidade.....	NS/NR.....	33,7	17,4	25,6	14,3
	Grau 2.....	26,0	37,7	28,8	50,8
	Grau 1.....	40,3	44,9	45,6	34,9
Confiança.....	NS/NR.....	33,7	17,4	25,6	14,3
	Grau 2.....	51,2	65,5	43,6	28,6
	Grau 1.....	15,1	17,1	30,8	57,1
Activismo.....	NS/NR.....	33,7	17,4	25,6	14,3
	Grau 2.....	2,8	6,0	12,5	27,0
	Grau 1.....	63,5	76,6	61,9	58,7
Critica.....	NS/NR.....	33,7	17,4	25,6	14,3
	Grau 2.....	43,1	62,3	44,8	48,6
	Grau 1.....	23,2	20,3	29,6	37,1

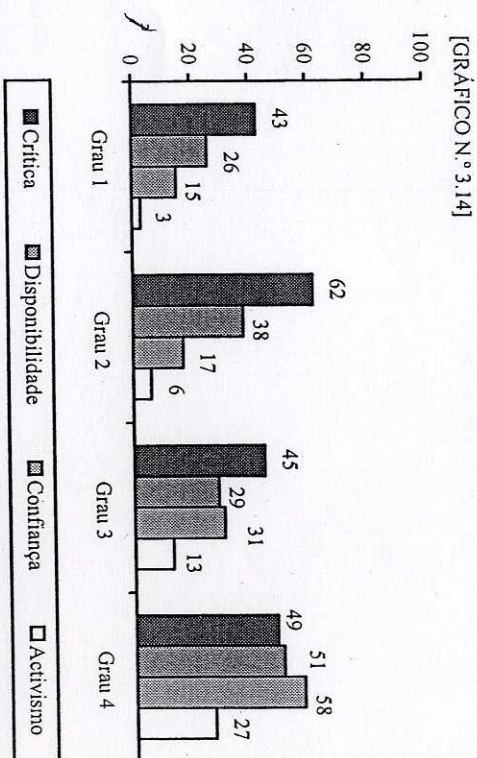
No quadro n.º 3.16 parece clara a influência do grau de mobilização política na mobilização ambiental, mas a influência na capacidade de tomar posição face à problemática ambiental surge ainda mais evidente. De facto, se no grau mais baixo de mobilização política a percentagem da categoria de não-respostas atinge 33,7%, no grau mais elevado a percentagem de inquiridos que se refugiaram na categoria não sabe/não responde não vai além dos 14,3% dos inquiridos.

Ainda assim, a correspondência entre mobilização política (defesa de interesses e valores individuais ou colectivos) e mobilização ambiental (defesa e valorização dos equilíbrios ambientais) surge claramente exposta e é particularmente evidente no grau de activismo ambiental (que vai aumentando paulatinamente, passando de níveis residuais no grau mais baixo de mobilização política até atingir 27% no grau mais elevado), no grau de confiança na resolução dos problemas ambientais, decrescendo, neste caso, à medida que sobe a mobilização política (a categoria mais pró-ecológica parte de 15,1% no menor grau de mobilização política para, progressivamente, atingir no maior grau o valor de 57,1%), e, de forma um pouco menos intensa, no grau de disponibilidade para com o ambiente, cuja categoria mais mobilizada (grau 2) parte de 26% dos inquiridos no nível mais baixo de mobilização política para atingir, no nível mais elevado, 50,8%. Finalmente, o sentido crítico para com a vida moderna e o crescimento (factor crítica) parece relacionar-se menos com os níveis de mobilização política. Segundo o gráfico n.º 3.14, que pretende ilustrar apenas a adesão dos inquiridos ao maior grau de mobilização ambiental (postura pró-ecológica), o olhar crítico face aos desenvolvimentos ambientais tende a ser transversal a todos os inquiridos, não se vislumbrando, neste caso específico, uma relação clara com uma maior ou menor tendência para a mobilização política.

Resultando o grau 2 da participação associada da não-resposta à variável que punha em causa o papel reservado às associações (avaliação neutra), é natural que os inquiridos posicionados nesta categoria mostrem também nas várias dimensões da mobilização ambiental uma maior tendência para se refugiarem na categoria não sabe/não responde. Daí que no quadro n.º 3.17, em qualquer dos factores, disponibilidade, confiança, activismo, crítica, o grau 2 da participação coincida com a maior e mais destacada frequência de não-respostas, que, por outro lado,

mostram uma tendência clara para aumentar entre os menores níveis de participação associada em qualquer das quatro dimensões.

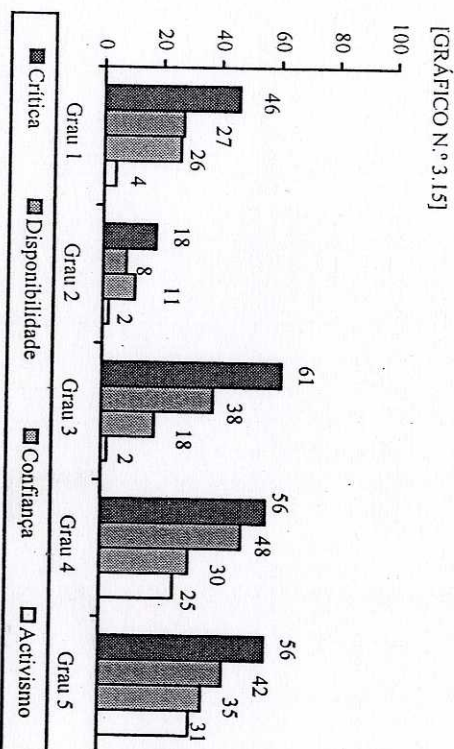
Grau de maior mobilização ambiental nas quatro dimensões segundo o índice de mobilização política (em percentagem)



Grau de mobilização ambiental segundo o índice de participação e avaliação associada dos inquiridos portugueses (em percentagem)

Mobilização ambiental	Participação e avaliação associada					
	Grau 1	Grau 2	Grau 3	Grau 4	Grau 5	
Disponibilidade.....	NS/NR... Grau 2..... Grau 1.....	23,5 26,7 49,8	65,5 8,3 26,2	18,4 38,2 43,4	11,4 44,7 43,9	12,5 41,7 45,8
Confiança.....	NS/NR... Grau 2..... Grau 1.....	23,5 50,7 25,8	65,5 23,2 11,3	18,4 64,1 17,5	11,4 58,5 30,1	12,5 52,1 35,4
Activismo.....	NS/NR... Grau 2..... Grau 1.....	23,5 4,4 72,1	65,5 1,8 32,1	18,4 2,8 79,3	11,4 25,4 63,2	12,5 31,3 56,2
Crítica.....	NS/NR... Grau 2..... Grau 1.....	23,5 45,8 30,7	65,5 18,4 16,1	18,4 60,9 20,7	11,4 56,3 32,3	12,5 56,2 31,3

Grau de maior mobilização ambiental nas quatro dimensões segundo o índice de participação e avaliação associada (em percentagem)



Por outro lado, e talvez devido ao fraco índice de *participação associada* entre os inquiridos portugueses<sup>29</sup>, um alto grau de *mobilização ambiental* nem sempre parece relacionar-se de forma clara com os mais elevados níveis de participação no movimento associativo. Tal será o caso sobretudo dos factores que menos exigem uma prática efectiva a favor do ambiente: *crítica e confiança*<sup>30</sup>. O factor *activismo*, no entanto, parece afirmar-se como excepção<sup>31</sup>, passando de níveis residuais nas categorias sem participação associada efectiva para 25,4% no grau 4 e 31,3% no grau 5 da *participação associada*. Finalmente, ainda que

<sup>29</sup> Lembramos que os inquiridos que lograram atingir algum grau de participação efectiva se ficaram por 17,1%; 4,8% com uma participação efectiva alta e 12,3% com uma participação efectiva fraca.

<sup>30</sup> Sobretudo se tivermos em conta toda a distribuição e não nos cingirmos apenas à categoria «pró-ecológica» constante do gráfico n.º 3.14

<sup>31</sup> A partilha de uma variável pelo Índice de *participação associada* e pelo factor *activismo* poderá explicar (pelo menos em parte) esta relação mais intensa.

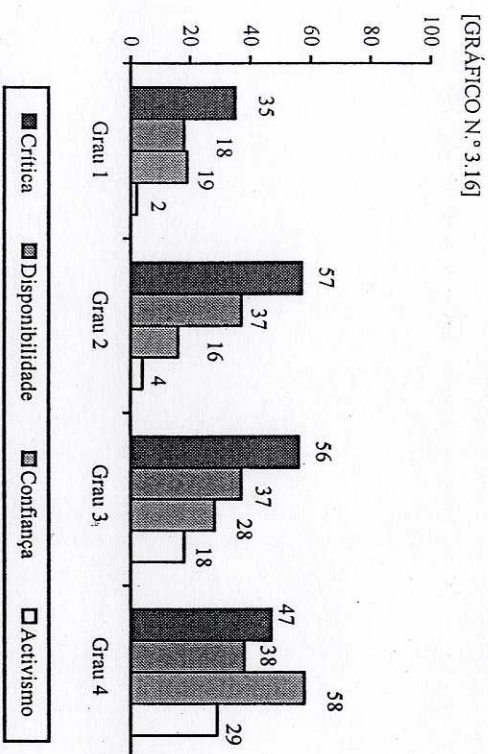
menos intensa, a relação entre uma maior predisposição para avaliar favoravelmente e participar nas associações e uma maior disponibilidade para com o ambiente também parece verificar-se, principalmente, se tivermos em conta os dois graus desta dimensão da mobilização ambiental. Finalmente, um maior empenho de *cidadania política* parece, como seria de esperar, ser acompanhante privilegiado de maiores níveis de *mobilização ambiental*. De facto, no que respeita ao *activismo*, a relação é clara, quer na categoria mais mobilizada (grau 2), quer na categoria menos predisposta a participar activamente em acções de defesa do ambiente (grau 1). O valor relativamente incipiente do grau de *activismo* mais baixo entre os inquiridos com um nível de cidadania política menos empenhado (grau 1 do índice de cidadania política) relaciona-se directamente com a alta taxa de não-respostas nesta categoria, que, como já vem sendo hábito, ganha terreno entre os inquiridos menos mobilizados, quer para as causas ambientais, quer para as causas da cidadania em geral.

Grau de mobilização ambiental segundo o índice de cidadania política entre os inquiridos portugueses (em percentagem)

Mobilização ambiental	Índice de cidadania política				
	Grau 1	Grau 2	Grau 3	Grau 4	
Disponibilidade.....	NS/NR.....	41,5	21,1	19,0	9,6
	Grau 2.....	17,6	36,8	36,7	48,1
	Grau 1.....	41,5	21,1	19,0	9,6
Confiança.....	NS/NR.....	41,5	21,1	19,0	9,6
	Grau 2.....	39,8	63,4	53,2	32,1
	Grau 1.....	18,7	15,5	27,8	58,3
Activismo.....	NS/NR.....	41,5	21,1	19,0	9,6
	Grau 2.....	2,0	3,9	17,8	28,8
	Grau 1.....	56,5	75,0	63,2	61,6
Crítica.....	NS/NR.....	41,5	21,1	19,0	9,6
	Grau 2.....	35,0	56,9	55,7	47,2
	Grau 1.....	23,5	22,1	25,3	43,4

A mesma tendência (menos vinculada mas, ainda assim, indiscutível) pode descortinar-se no factor *disponibilidade* e no factor *confiança*, sobretudo se atentarmos no grau 2 da mobilização ambiental, o grau mais pró-ecológico. Neste caso é nítido o maior peso da categoria mais mobilizada entre os níveis de *cidadania política* mais vinculados. A excepção resume-se, assim, ao caso da dimensão crítica, que, de acordo com os resultados a que chegámos, parece alastrar sem que se torne clara a relação com uma maior ou menor predisposição para assumir a defesa de valores individuais ou partilhados. Sobretudo se tomarmos em consideração os dois graus da mobilização ambiental, a vislumbrar-se uma tendência, tenderia a revelar-se contrária ao desenvolvimento de uma efectiva postura de cidadania política (apesar de crescerem os dois graus da mobilização ambiental entre os maiores níveis de cidadania política, é nítido o maior avanço do grau mais antropolocêntrico).

Grau de maior mobilização ambiental nas quatro dimensões segundo o nível de cidadania política (em percentagem)



Mais uma vez, como fica bem expresso no gráfico n.º 3.16, esta conexão privilegiada entre mobilização ambiental e um maior empe-

nhamento e capacidade de intervenção cívica nas várias áreas da vida social parece verificar-se, sobretudo, na dimensão que maior esforço pressupõe no desenvolvimento de acções concretas na defesa e preservação do ambiente e na participação no movimento ambientalista, como será o caso do activismo ambiental. No extremo oposto, a dimensão crítica (aos modos de vida moderna e ao crescimento) parece alastrar mais indistintamente, ainda que, mesmo neste caso, como na generalidade das dimensões, o grau de menor empenhamento cívico (grau 1) surja com valores percentuais significativamente mais baixos em relação aos restantes graus de cidadania política.

## Conclusão

Como se interligam em Portugal predisposições, atitudes e participação em acções de preservação ambiental na emergência de uma sociedade civil mais participativa? Como se expressam hoje predisposições, atitudes e participação em acções de preservação do ambiente na mobilização ambiental dos portugueses? Os dados permitem-nos concluir pela existência de uma relação entre uma mobilização política mais activa e uma maior propensão para intervir em acções de protecção ambiental (assinar uma petição relacionada com uma questão ambiental; contribuir monetariamente para um grupo ambientalista; participar num protesto ou manifestação sobre uma questão ambiental).

No entanto, uma tradição cívica longe de ser interventiva e participativa, bem como uma chegada mais tardia, se comparada com outros países europeus, a uma sociedade de consumo, estarão na origem de alguma imaturidade demonstrada pelos inquiridos portugueses, quer em relação à mobilização ambiental, quer em relação à evolução da cidadania política onde germina. Desta imaturidade advirá algum desfasamento entre disponibilidade, confiança, predisposições para a acção e sentido crítico face aos desenvolvimentos sócio-económicos com implicações ambientais<sup>32</sup>.

<sup>32</sup> V. resultados dos mais recentes inquéritos realizados em Portugal sobre esta temática, como, por exemplo, o inquérito Gallup (Gallup International Institute, 1992), o primei-

Há, de facto, especificidades portuguesas que continuam a imprimir uma marca característica ao processo de mobilização pelo ambiente dos inquiridos lusitanos, sobretudo quando comparados com os níveis dos restantes grupos de inquiridos em análise. As sugestivas conexões, mutuamente condicionantes, entre o assumir de uma *ciudadania política* plena de direitos e deveres (próprios e partilhados) e a mobilização demonstrada para a causa ambiental parecem fazer parte de um mesmo processo que estará, ainda assim, a dar os primeiros passos, mas que vem sendo impulsionado pelas novas condições sociais emergentes (isto é, mais liberdade cívica, maiores taxas de escolarização, maior desafogo económico).

Se a análise dos dados recolhidos relativos a Portugal sugere que a mobilização dos portugueses pela causa ambiental parece ter vindo a ganhar terreno, constata-se que os portugueses estão ainda longe dos níveis globais alcançados pelos outros grupos de inquiridos (Britânicos, alemães e espanhóis). Com efeito, os inquiridos portugueses são, de entre os quatro grupos em análise, os que apresentam uma postura menos mobilizada e globalmente mais antropocêntrica. Nesta perspetiva, o menor desafogo económico justificaria a menor disponibilidade dos inquiridos portugueses para aceitarem sacrifícios em nome da defesa ambiental, não se revelassem eles os menos preocupados com o estado do ambiente e os mais confiantes em que estes problemas não serão tão graves como por vezes (a comunicação social, os ambientalistas...) os expõem. Por outro lado, e de forma um pouco contraditória, os inquiridos lusitanos surgem como os mais feroces críticos das consequências que a modernidade e o crescimento a ela associado infligem ao ambiente, acumulando, no entanto, as mais baixas taxas de activismo e participação para defesa desse mesmo ambiente em perigo.

Os portugueses parecem preocupados quanto basta, mas esperanças dos em que os reais problemas ambientais ocorram fundamentalmente

ro inquérito «Os portugueses e o ambiente», realizado pelo Observa em 1997 (Ferreira de Almeida, 2000), ou ainda o segundo inquérito do Observa, realizado em 2000, neste momento no prelo (Ferreira de Almeida, no prelo), que, por exemplo, deixam claras as disparidades entre práticas e níveis de preocupação com o estado do ambiente.

fora de portas ou, pelo menos, fora do alcance da sua acção<sup>33</sup>. Esta posição permitir-lhes-á um menor investimento nas dimensões que implicam um maior esforço efectivo na defesa dos equilíbrios ambientais, que, a correrem perigo, serão responsabilidade do sistema, dos outros, da vida moderna em geral, de todos, menos deles próprios, ocupados que estão em tarefas menos nobres, mas mais imediatamente fundamentais de sobrevivência quotidiana<sup>34</sup>. Hoje em dia, na generalidade das sociedades modernas, parece alastrar um consenso cultural alargado sobre as crenças e os valores ambientais (Thompson e Ellis, p. 886). A sociedade portuguesa parece acompanhar este movimento geral, distinguindo-se, não tanto por aquilo em que acredita e pelos novos valores ecológicos que também partilha, mas sobretudo pela vontade de intervir no decurso dos acontecimentos e pelo esforço e pelos sacrifícios que está disposta a fazer para alterar o *status quo*. Se os portugueses parecem menos predispostos a agir de acordo com os valores que, de forma geral, já partilham com os restantes europeus, tanto quanto espanhóis, britânicos ou alemães, também eles se vêm consciencializando da importância da preservação ambiental para a sua própria qualidade de vida. Resta esperar que a crescente preocupação com as condições ambientais, que, apesar de tudo, dá mostras de reforço continuado, seja suficiente para os fazer sair da apatia que lhes cerceia a acção.

33 A ideia de que os problemas ambientais são tanto mais graves quanto mais abranjam e mais distantes do local de residência ficou bem clara nos dois inquéritos do Observa já citados.

34 A permanência destes constrangimentos sócio-económicos terá, forçosamente, repercussões nos designados valores pós-materialistas, que incluem não só os valores ambientais, mas também a participação cívica e a cidadania política.